CÂMARA MUNICIPAL DE AZAMBUJA
APROVADO p/unanimidade
em reunião de 16/03/2014
O Presidente

--- ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE AZAMBUJA DO DIA 18 DE FEVEREIRO DE 2014 ----------

--- LOCAL DA REUNIÃO – Salão Nobre dos Paços do Concelho. ----------

--- A reunião teve início às quinze horas e estiveram presentes, pelo Grupo do PS, o Sr. Presidente Luís Manuel Abreu de Sousa e os Srs. Vereadores Silvino José da Silva Lúcio e António Amaral; pela CPFNT os Srs. Vereadores António Jorge Lopes e Maria João Canilho; pelo Grupo da CDU, o Sr. Vereador David Mendes; e o Sr. Vereador Herculano Valada Martins.

--- Secretariou a reunião a Diretora do Departamento Administrativo e Financeiro, Irene Lameiro.---------

---------- ANTES DA ORDEM DO DIA ----------

--- INTERVENÇÕES DO PÚBLICO ----------

--- O Senhor Presidente começou por dar as boas vindas aos alunos do 3º Ano da E.B.I de Azambuja que, com a professora Catarina, ao abrigo do Projeto "Rota Urbana do Zambujinho", se encontravam na sala, fez uma breve apresentação das funções de uma autarquia, explicando-lhes de forma sucinta o funcionamento de uma Reunião de Câmara e as atribuições de cada elemento do executivo a quem solicitou que fizessem eles próprios uma breve apresentação. Os Senhores Vereadores apresentaram-se às crianças, explicaram-lhes o cargo que exerciam motivado pelos resultados eleitorais e as respetivas funções. ----------

--- Em seguida, e nos termos regimentais, o Sr. Presidente indagou se alguém do público quereria usar da palavra tendo-se dirigido, numa primeira abordagem, às crianças presentes. ----------

--- Intervieram a Mariana que perguntou se dava muito trabalho ser Presidente da Câmara, a Margarida que perguntou porque tinham encerrado o Parque Infantil do Jardim Urbano, o Gonçalo que indagou se era "giro" ser Presidente da Câmara, o Daniel que inquiriu porque é que não tinham um parque infantil na Escola, a Naia que pediu para serem arranjadas as barreiras de terra na sua Escola e sugeriu que poderiam plantar flores por forma a tornar o espaço mais atrativo, a Leonor que perguntou quando é que se previa que os quadros interativos da sua Escola fossem reparados, a Sara que se queixou da falta de auxiliares educativas na escola, a Carolina que perguntou quais as ações lúdico/pedagógicas previstas para as crianças no decorrer do ano, o João Dinis que perguntou porque tinham encerrado as Piscinas Municipais e, por último, a Maria que agradeceu ao executivo a oportunidade que lhes dera de conhecer melhor o Concelho e o seu património e cultura e a possibilidade de poderem ver funcionar uma Reunião de Câmara. ----------

--- Em resposta o Sr. Presidente agradeceu também a presença das crianças na Reunião assim como as questões que haviam levantado e explicou que ser Presidente da Câmara era um trabalho árduo mas gratificante, que poderia até tornar-se giro como dissera o Gonçalo. Explicou que, na sequência de uma inspeção, o Parque infantil tivera de fechar, que o executivo estava a tratar da sua reabertura, mas que tivera de tirar os baloiços do recinto porque o aviso lá colocado, interditando o uso dos equipamentos, não estava a ser respeitado. Disse também estar a tratar da reabertura das piscinas, que iria ver da possibilidade do Centro de Emprego enviar uma ou duas pessoas para colocar na escola e tomou nota das solicitações da Naia e da Leonor dizendo que veria o que se poderia fazer.----------

--- Interveio o Senhor Isidro Ferreira que perguntou ao executivo se a Empresa Municipal EMIA, EM estava ou não definitivamente extinta, conforme deliberação da Assembleia Municipal de 28/2/2013, que aprovou a sua extinção, ao que o Senhor Presidente respondeu ter chegado nessa manhã o relatório de avaliação dos terrenos e património pertencentes à EMIA, que estava marcada uma reunião com o Dr. Manuel Rodrigues análise da evolução do processo e registo, na conservatória, da extinção definitiva.----------

--- O Sr. Isidro Ferreira solicitou que a intervenção ficasse registada em ata. ----------

--- Interveio o Senhor Rodrigues de Almeida que comentou uma notícia que lera no Mirante, dizendo que a Empresa Luís Simões desistira da intenção de instalar um parque de estacionamento para camiões à entrada de Azambuja, o que o deixara bastante agradado pois não concordava que um terreno integrado em RAN pudesse ser alterado para Industrial. Quis saber se as Hortas Sociais tinham tido grande aceitação por parte dos munícipes e se havia ainda muitos terrenos para distribuir, ao que o Senhor Presidente respondeu que tinham sido definidos e entregues 92 talhões e que havia ainda uns quantos a necessitar de ser limpos para serem entregues mas que de momento o tempo não o permitia.

--- Interveio o Senhor Vereador Herculano que acrescentou que dos terrenos entregues, só três não tinham sido cultivados pelo que a Câmara oficiara os proprietários. Uma pessoa aparecera mostrando-se

interessada em cultivar e dizendo que nesta altura não era possível mexer na terra, as outras duas não apareceram pelo que os dois lotes seriam redistribuídos.----------

--- Continuando o Sr. Presidente disse que relativamente à "Luís Simões" também tivera conhecimento da notícia através do Mirante, sendo que desconhecia a desistência. Referiu que o Plano de Pormenor estava a decorrer e que há pouco tempo houvera uma reunião com os técnicos e os donos dos terrenos enquadrados no PP, que contara com a presença do Sr. Luís Simões o qual nada dissera da intenção de desistir da construção do estacionamento. ----------

--- INTERVENÇÕES DO PRESIDENTE E VEREADORES----------

-- Interveio a Sra. Vereadora Maria João Canilho que começou a intervenção falando da situação dos Processos desaparecidos e da Comissão de Inquérito que o Sr. Presidente nomeara há cerca de um mês e que ainda não reunira. Disse que na Sessão anterior, na ausência do Sr. Presidente e sua substituição pelo Vice-presidente indagara para quando o iniciar dos trabalhos por parte da Comissão ao que o Sr. Vice-presidente lhe retorquira que já tinha feito algumas averiguações para apurar os factos, o que lhe provocara indignação por considerar que o Sr. Vice – presidente encetara procedimentos que deveriam ser encetados pela Comissão, ou não valeria a pena ter sido nomeada. Na sequência do que fora dito o Vereador da CDU demitira-se da referida Comissão e ela apresentava agora o seu pedido de demissão, considerando não estarem reunidas as condições para o funcionamento cabal da Comissão de inquérito. Referiu os contactos tidos com o Sr. Presidente telefonicamente e por mail no sentido de apressar o início dos trabalhos a que não tivera respostas e disse ser intenção da CPFNT solicitar `a Comissão Permanente que este assunto fosse incluída na Ordem de Trabalhos para ser debatido na próxima Assembleia Municipal informando ainda que fariam a denúncia ao IGF do sucedido, enquanto autoridade competente para resolução destes assuntos. ----------

--- Em resposta o Senhor Presidente disse quando nomeara a Comissão pensara que esta iria de imediato começar a funcionar, o que não acontecera, que não estivera na última Reunião e que ao saber da decisão do Senhor Vereador Mendes falara com ele e que este não se mostrara interessado em continuar na Comissão e ficara de ver se na CDU alguém estaria interessado em integrá-la o que também não se verificara. Assim, lamentando que a Comissão tivesse sido dissipada, informou que iria nomear uma Comissão Interna que poderia ser acompanhada pelos Senhores Vereadores. Acrescentou que queria ver a situação esclarecida e resolvida o mais rápido possível. ----------

--- Interveio o Senhor Vereador Lopes lembrando que fora ele que na sequência de um pedido de informação dirigido ao Senhor Presidente, identificara toda a situação através de um *email* de uma técnica superior da Câmara que referia o desaparecimento dos processos que teriam estado com um antigo Vereador da Câmara. Ao longo dos dois meses após a descoberta, o Senhor Presidente sempre demonstrara total abertura compreensão e bom senso no lidar com a delicadeza e sigilo que o processo exigia, que considerou matéria grave que poderia implicar responsabilidade de natureza criminal. Lembrou ainda que quer a CPFNT quer a CDU sempre tinham lidado com a serenidade e responsabilidade que se impunha à situação. No entanto, achava que poderia depreender-se do que acabara de ouvir do Senhor Presidente, que fora a saída dos vereadores da CDU e da CPFNT que atrasara o processo e atrasara o funcionamento da Comissão, o que não era verdade, o processo estava atrasado desde início e por culpa do Senhor Vice-presidente. ----------

--- Em resposta o Sr. Presidente concordou ser grave e disse que não quisera encaminhar o processo de imediato para o Ministério Público sem ver o que se apurava com a Comissão, a propósito da qual disse que não referira no Despacho de nomeação dos elementos nenhum presidente da Comissão apenas nomeara os inquiridores. ----------

--- Interveio o Senhor Vereador David Mendes dizendo que não voltaria a falar no assunto da Comissão, mas que a CDU estaria atenta ao desenrolar dos acontecimentos. Indagou se havia resposta para as questões que colocara na Reunião anterior, nomeadamente a qualidade do ar, responsabilidade ou não da CLC, e se já tinha sido apurado o acréscimo de despesa provocado pela alteração da estrutura orgânica no Município que solicitara. A propósito de dois relatórios de averiguação das condições de segurança de higiene e saúde nos estabelecimentos de ensino, que apresentou um da Escola Básica do 2º e 3º Ciclo elaborado em 27/12/2013 e que previa um prazo de execução das situações assinaladas de 90 dias e outro da Escola Básica do 1º Ciclo de Aveiras de Cima de 20/1/2014 que fazia constatações consideradas muito graves que urgiam reparação imediata perguntou se já tinham sido encetados procedimentos para as corrigir. Voltando ao assunto da toponímia abordado também na anterior sessão

reafirmou a opinião de que Azambuja era favorecida em relação às restantes freguesias apresentando como exemplo duas propostas para nomes de ruas das anteriores freguesias de Maçussa e Manique do Intendente, enviadas há dois anos, ratificadas pelo atual executivo da União das Freguesias, o que em seu entender deveria ter acontecido com a deliberação da Junta de Azambuja, e que nunca tiveram andamento por parte da Câmara. ----------

--- Continuando a sua intervenção o Senhor Vereador disse que ia expor um assunto acerca do qual tivera dúvidas em trazer à Câmara por considera-lo um assunto muito delicado mas que se decidira por achar que dizia respeito não só ao Partido Socialista mas também à Câmara e Munícipes em geral, dado que as leis são aplicáveis a todas as forças políticas e as forças políticas que não cumprissem, deveriam ser responsabilizadas pelos seus atos. Referiu-se à Lei da Paridade com base na qual todas os partidos com algum mais ou menos dificuldade tinham conseguido colocar em terceiro lugar nas listas eleitorais uma mulher como exigia a lei, o PS não tinha feito, e corria que o Vereador em causa se tinha voluntariado para pagar a multa aplicável, o que no seu entender pareceria que tinha comprado o lugar e que a ser verdade tal comportamento seria eticamente reprovável. Disse compreender tratar-se de uma questão interna do Partido Socialista, mas considerou também ser dever dos cidadãos ter conhecimento sobre estes assuntos e referiu que era este clima de impunidade que provocava situações como por exemplo a dos processos desaparecidos. ----------

--- Respondeu o Senhor Presidente não ser verdade o que o Vereador acabara de dizer. A situação era da responsabilidade exclusiva do PS não da Câmara nem do Vereador nomeado. Relativamente à toponímia afirmou olhar para Concelho da mesma maneira, não sabia a que é que o Vereador se referia mas que iria confirmar se de facto existiam topónimos por atribuir naquelas localidades. Perguntou ao Senhor Vereador Herculano se estava dentro do assunto ao que este respondeu que não recebera qualquer pedido de atribuição de toponímia da Junta referida e que enquanto Presidente da Junta de Manique do Intendente não tinha conhecimento de qualquer rua sem nome. ----------

--- Relativamente à CLC o Sr. Vice-presidente disse que a empresa já tinha sido contactada através do comandante da Proteção Civil e que aguardava o relatório da comissão de Proteção de Segurança da CLC. Assim que o tivesse daria conhecimento à Câmara. ----------

---Interveio o Senhor Vereador Lopes que colocou as seguintes questões: porque é que a CMA não apoiara o "Cross Rota dos Vinhos", nas Virtudes, que decorrera no fim de semana anterior; se, relativamente ao Pavilhão Municipal, em situação de inspeção por entidade competente, a Câmara estava em condições de afirmar de forma perentória que estavam reunidas as condições para que não fossem apontadas situações que pudessem inviabilizar a prática desportiva; e se, após o início do mandato já tinha tido algum contacto com a proprietária do terreno onde está situado o campo de futebol do Aveiras de Cima Sport Clube de forma a acautelar os interesses do Clube. Pediu, relativamente às Piscinas Municipais se era possível, uma vez que decorriam ainda as negociações, que o Presidente fizesse um breve enquadramento da parceria a estabelecer entre a E.S.A., a Sta. Casa da Misericórdia e a CMA. ----------

--- Em resposta o Sr. Presidente disse que em relação às Piscinas, estava a ser esboçado o Protocolo, após o que se previa uma reunião para análise do conteúdo pelas três entidades intervenientes, e que estavam a ver da possibilidade de fazer uma pequena alteração pois a E.S.A. tinha um apartamento alugado para proporcionar formação aos alunos e iam ver se poderiam facultar-lhes um espaço, sendo que a Escola os ajudaria para poder pôr as piscinas a trabalhar, lembrou que os orçamentos referiam quantias avultadas e que os gastos mensais de manutenção rondavam 40.000€. Disse que os técnicos já lá ido e que estariam a ver a hipótese de outra fonte de alimentação que não o gasóleo. Relativamente ao campo de futebol, disse que no início do mandato se reunira com o Aveiras de Cima Sport Clube e fora colocada a ideia de reunir com a dona dos terrenos. Falara com o Sr. Presidente da Junta, que se disponibilizara a acompanha-lo, mas até ao momento ainda não conseguira agendar a reunião. Em relação às Virtudes disse que falara com o Senhor Presidente da Associação estava tudo esclarecido mas daria a palavra ao senhor Vereador Amaral. ----------

--- Em resposta o Sr. Presidente disse que em relação às Piscinas, estava a ser esboçado o Protocolo, após o que se previa uma reunião para análise do conteúdo pelas três entidades intervenientes, e que estavam a ver da possibilidade de fazer uma pequena alteração pois a E.S.A. tinha um apartamento alugado para proporcionar formação aos alunos e iam ver se poderiam facultar-lhes um espaço, sendo que a Escola os ajudaria para poder pôr as piscinas a trabalhar, lembrou que os orçamentos referiam

quantias avultadas e que os gastos mensais de manutenção rondavam 40.000€. Disse que os técnicos já lá ido e que estariam a ver a hipótese de outra fonte de alimentação que não o gasóleo. Relativamente ao campo de futebol, disse que no início do mandato se reunira com o Aveiras de Cima Sport Clube e fora colocada a ideia de reunir com a dona dos terrenos. Falara com o Sr. Presidente da Junta, que se disponibilizara a acompanha-lo, mas até ao momento ainda não conseguira agendar a reunião. Em relação às Virtudes disse que falara com o Senhor Presidente da Associação estava tudo esclarecido mas daria a palavra ao senhor Vereador Amaral. ----------

--- Interveio o Senhor Vereador Amaral que explicou ter havido uma alteração na data da realização do evento que impossibilitara o apoio da Câmara. Quando fora contactado pela Associação dissera que poderiam contar com o apoio da Câmara, a ação seria consertada com a Dra. Catarina e outros dois técnicos e a Câmara assumiria o pagamento do seguro. Lamentavelmente a Associação antecipara a realização da prova o que atrapalhara tudo, pois o seguro era incluído no seguro do desporto e foi de todo impossível antecipar procedimentos que teriam de ser desenvolvidos. Quanto ao pavilhão disse ser do conhecimento do executivo existirem infiltrações de água e lâmpadas fundidas situações a nível da manutenção que teriam de ser revistas (nessa manhã tinha despachado uma requisição de material para pequenas reparações no Pavilhão). Em termos da prática desportiva estava tudo a correr muito bem e o Pavilhão era solicitado por diversas entidades. ---------- ----------

--- Interveio o Senhor Vereador David Mendes que solicitou resposta à questão que colocara acerca dos relatórios recordou que um apontava para intervenções com um prazo de 90 dias para execução e outro exigia reparação imediata das falhas apontadas, ao que o Senhor Presidente disse ter estado no dia anterior numa reunião com a diretora e outras duas professoras do conselho educativo, a diretora tinha um levantamento feito, que faria chegar à Sra. Delegada de Saúde. Disse estar atento e estar a ver o que se poderia fazer.----------

--- Continuando o Sr. Vereador Mendes aludiu ao ponto 10 do referido relatório que e passou a citar " *a porta existente na entrada da vedação da mangueira de abastecimento do Gás ao Depósito deve ter proteção adequada que impossibilite animais de entrar e mesmo crianças mais pequenas de saírem*" e no ponto 14 do mesmo *"o acesso á parte deslizante do escorrega foi retirada - muito urgente"* que considerou serem situações que não poderiam ser descuradas. Disse ter visto com agrado que a Câmara tinha procedido ao arranjo de alguns troços de via, como tinha solicitado, e não sendo a melhor altura para proceder às reparações, sugeriu a elaboração de um plano a ser implementado no próximo Verão. Disse ter visto com agrado o Comunicado que fora emitido à população acerca do corte da iluminação pública, aproveitando para sugerir a colocação de uma placa nos postes desligados. ----------

---------- **ORDEM DO DIA** ----------

--- **PROPOSTAS**----------

--- 1.a. Proposta Nº 9/P/2014- Aceitação de Doação ----------

---- O Sr. Presidente apresentou a Proposta que a seguir se transcreve: ----------

---*"Considerando que:*----------

--- *O Sr. Tiago Estorninho, proprietário do extinto vídeo clube "Rossio", em Azambuja, tinha em seu poder, cerca de 200 filmes (DVDs), recentes, entre eles categorias de comédia, comédia romântica, aventura, drama, romance, ação, que pertenciam ao mesmo vídeo clube;* ----------

---*o mesmo pretendia doar a esta Câmara Municipal, todos os filmes descritos na listagem anexa;*---------

---*face á falta de condições financeiras para aquisição deste tipo de material, a referida doação torna-se uma mais-valia para a Rede de Bibliotecas Municipais e por consequência para os munícipes do Concelho de Azambuja.*----------

---*Proponho que:* ----------

--- *A Câmara ao abrigo da alínea J) do nº1 do art.33º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro e do nº 3 do art.º 35º da citada Lei, ratificar o Despacho nº 6/P/2014 nos termos do qual se aceitou a doação dos filmes da lista em anexo."* ----------

----Uma vez posta a votação a Proposta nº9 /P/2014 foi aprovada por unanimidade. ----------

--- 1.b. Proposta Nº11 /P/2014 – Aceitação de Doação. ----------

--- A Proposta nº4 /P/2014 foi retirada. ----------

--- 2. **Proposta Nº 10/P/2014 – Protocolo de Estágio Curricular**----------

---- O Sr. Presidente apresentou a Proposta que a seguir se transcreve: ----------

---*"Considerando:* ----------

--- O pedido apresentado pela Escola Superior de Gestão e Tecnologia de Santarém, para a realização de um estágio curricular para a aluna Raquel Sofia Marques da Silva Vitorino, na área de Contabilidade e Fiscalidade. ----------

--- Proponho: ----------

----A aprovação do Protocolo que se anexa, que visa estabelecer as formas de cooperação entre a Escola Superior de Gestão e Tecnologia de Santarém e o Município de Azambuja, referente à realização de um estágio curricular para a aluna Raquel Sofia Marques da Silva Vitorino, a frequentar o 3º ano da licenciatura em contabilidade e fiscalidade. ----------

--- PROTOCOLO DE ESTÁGIO ----------

--- Entre a Escola Superior de Gestão e Tecnologia de Santarém, representada pelo Diretor, Professor Coordenador Vítor Manuel Pina da Costa, a Câmara Municipal de Azambuja, com sede na Praça do Município, nº 19, 2050-315 Azambuja, representada pelo Presidente, Luís Manuel Abreu de Sousa, de agora em diante designada por organização de acolhimento e Raquel Sofia Marques da Silva Vitorino, estudante; ----------

--- É celebrado o presente protocolo que visa o estabelecimento formal de condições para o desenvolvimento de relações de cooperação, no âmbito da realização de estágio do estudante n.º 110120018, do curso de Contabilidade e Fiscalidade da Escola Superior de Gestão e Tecnologia do Instituto Politécnico de Santarém, na organização de acolhimento, que se rege pelas seguintes cláusulas:

--- Cláusula 1.ª – Objetivo ----------

--- O estágio tem por objetivo complementar a qualificação adquirida no âmbito do curso, através de uma formação prática a decorrer em contexto laboral de acordo com o plano de estágio anexo a este protocolo (Anexo I). ----------

--- Cláusula 2.ª – Duração ----------

--- 1. O estágio tem uma duração de seis meses, com um mínimo de 480 horas. ----------

--- 2. O estágio terá lugar, todas as semanas, de segunda a sexta-feira inclusive, no período compreendido entre o dia 24/02/2014 e o dia 24/08/2014. ----------

--- Cláusula 3.ª - Local de estágio e horário ----------

--- O estágio será efetuado nas instalações da organização de acolhimento, durante o seu horário de funcionamento normal. ----------

--- Cláusula 4.ª - Deveres do estagiário ----------

--- São obrigações dos estagiários: ----------

---a) Cumprir o programa de trabalho previsto para o estágio; ----------

---b) Comparecer com assiduidade e pontualidade no local de estágio; ----------

---c) Tratar com respeito todas as pessoas com que se relacione durante o estágio, nomeadamente, não perturbando o ambiente de trabalho na área em que o mesmo vai decorrer; ----------

---d) Utilizar com cuidado e zelar pela boa conservação dos equipamentos e de mais bens que lhe sejam confiados; ----------

---e) Acatar e seguir as instruções dos responsáveis da organização de acolhimento, nomeadamente, no que respeita ao aproveitamento do estágio, à segurança, funcionamento da organização e cumprir as orientações emanadas por parte do supervisor e orientador do estágio, no âmbito do programa de trabalho previsto para a realização do estágio; ----------

f) Dever de sigilo referente a métodos de produção, negócios ou qualquer outra informação que tenha conhecimento no âmbito da realização do estágio, estando interdito de obter cópias para uso pessoal ou qualquer outra utilização não autorizada da informação obtida. ----------

--- Cláusula 5.ª - Deveres da Escola Superior de Gestão e Tecnologia do IPS ----------

--- 1. A Escola Superior de Gestão e Tecnologia, abreviadamente designada por ESGTS, nomeará, entre os seus docentes, um orientador de estágio responsável pela orientação, acompanhamento e avaliação do estagiário e pela elaboração de um programa de estágio a acordar com a organização de acolhimento, de acordo com a proposta de estágio apresentada pelo estudante. ----------

---2. A ESGTS, por intermédio do orientador, facultará ao estagiário o apoio pedagógico e científicos necessários à realização do estágio. ----------

--- 3.O orientador da ESGTS compromete -se a realizar as reuniões a que está obrigado pelo Regulamento de Estágio da ESGTS, nomeadamente, estabelecendo um calendário de reuniões mensais

com o estagiário e uma reunião com o supervisor da organização de acolhimento e o estagiário no início do estágio. ----------

--- ***Cláusula 6.ª - Deveres da organização de acolhimento/Supervisor do estágio*** ----------

--- *1. A organização de acolhimento obriga -se a designar um supervisor de estágio, para cada estagiário, que será responsável pela orientação, acompanhamento e avaliação do estágio.* ----------

---*2. O supervisor do estágio é obrigatoriamente um Técnico Oficial de Contas com inscrição em vigor na respetiva Ordem, com exercício continuo e efetivo da profissão nos últimos cinco anos e ao qual não lhe tenha sido aplicada pena disciplinar mais grave do que a advertência há menos de cinco anos.* ----------

---*3. No caso do estágio decorrer em entidades públicas que disponham, há pelo menos dois anos, de contabilidade organizada de acordo com o sistemas de contas legalmente aplicáveis, podem assumir as funções de supervisor, o Diretor ou outro responsável oficialmente designado na cadeia hierárquica, dos serviços de contabilidade da entidade em questão com experiência profissional na função nos últimos cinco anos.* ----------

--- *4. A organização compromete -se a facultar os conhecimentos técnicos e administrativos, a prestar a assistência e aconselhamento indispensáveis para a realização do estágio e o supervisor compromete-se a elaborar um relatório de avaliação sobre o desempenho do estudante durante o estágio (Anexo II) e enviá-lo ao primeiro outorgante.* ----------

--- *5. A organização compromete -se, ainda, a informar a ESGTS de eventuais problemas surgidos no decorrer do estágio.* ----------

--- ***Cláusula 7.ª – Denúncia*** ----------

--- *Qualquer das partes pode denunciar o presente Protocolo através de notificação à outra parte, por modo adequado, caso a outra parte ou o estudante estagiário não cumpra qualquer uma das disposições do presente Protocolo."* ----------

--- Uma vez posta a votação a Proposta nº7/10/2014 foi aprovada por unanimidade.----------

--- **3. Proposta Nº 3/VP/2014 – Atribuição de indemnizações** ----------

---O Senhor Vice-Presidente retirou a Proposta fundamentando tal com a reunião que tivera com o mediador de seguros e em que ficara decidido que este tipo de indemnizações seria tratado diretamente com o munícipe e a Seguradora. ----------

--- O Sr. Vereador Mendes indagou se o facto de os munícipes serem ressarcidos pela seguradora não atrasaria o pagamento ao que o Senhor Vice- Presidente retorquiu que pelo contrário haveria situações dando o exemplo de fundos indisponíveis, em que o procedimento a decorrer pela seguradora seria certamente mais célere. ----------

--- A Proposta nº 3/VP/2014 foi retirada ----------

--- **4. INFORMAÇÕES** ----------

--- **4.1. Departamento de Administração e Finanças** – Divisão Financeira – Contabilidade – Resumo da Execução Orçamental - *Período de 1/1/2014 a 11/2/2014.* ----------

--- A Câmara tomou conhecimento. ----------

---**4.2. Departamento de Administração e Finanças** – Divisão Financeira – Aprovisionamento--- Adjudicações de Bens e Serviços de valor ≥ 25.000 Euros – Período de 31/1/2014 a 13/2/2014— ----------

--- A Câmara tomou conhecimento. ----------

---**4.3. Departamento de Administração e Finanças** – – Divisão Financeira – Aprovisionamento--- Adjudicações de Bens e Serviços ao abrigo Art.º 73º da LOE – Período de 16/1/2014 a 13/2/2014----------

--- A Câmara tomou conhecimento. ----------

--- **INTERVENÇÕES DO PÚBLICO** ----------

--- De acordo com o Regimento aprovado o Senhor Presidente perguntou se alguém do público queria intervir.----------

--- Interveio o Sr. Daniel Claro que solicitou que ao Sr. Presidente a revogação da Proposta relativa ao aumento da tarifa de Resíduos Sólidos, ao que este respondeu que o não iria fazer mas, como já havia dito, estava a pensar trazer a Reunião de Câmara uma Proposta que desse algum apoio às famílias carenciados. ----------

--- Continuando a sua intervenção o Sr. Daniel Claro referiu ser fácil fazer gestão quando, perante escassez de dinheiro a solução era aumentar as tarifas. O que estava em causa não era o montante mas sim o princípio. Há um ano, o antigo Presidente da Câmara, quando apresentara o penúltimo aumento à Assembleia Municipal disse que a verba era para a sustentabilidade do sistema e que era suficiente.

Perante isso o Sr. Daniel Claro acusa o antigo Executivo Municipal de ter falseado o estudo que apresentou há cerca de um ano, em Assembleia Municipal, para capear o aumento da taxa de resíduos sólidos, dado que esse relatório não era o relatório elaborado pelos serviços técnicos da Câmara Municipal e falseava o valor das receitas da Câmara Municipal. Do mesmo modo e porque vem tudo na mesma fatura e faz parte de um pacote que tem penalizado os munícipes de uma forma brutal, acusa o anterior executivo de ter permitido à AdAz uma alteração de tarifário para capear a faturação ao dia, apesar de desconhecer se a AdAz o faz sem conhecimento da Câmara e esta tacitamente nada fez para reporta situação, ou se há um despacho do Presidente ou de um Vereador a autorizar a alteração do tarifário. Concluiu alertando para a necessidade de um debate aberto e alargado acerca desta matéria, sendo que, na qualidade de cidadão, na próxima segunda-feira e usando as prorrogativas legais de acesso a documentos públicos, entrará na Câmara um pedido de acesso a toda a documentação relativa aos Resíduos Sólidos, à relação da C.M.A. com a AdAz desde o início da Concessão e todas as relações e adjudicações diretas à empresa Fabrigimno. ----------

--- Interveio a Senhora Vereadora Maria João Canilho que referiu que aquando da apresentação da Proposta, a CPFNT tinha solicitado o seu adiamento por questões que iam ao encontro do que o Senhor Daniel Claro acabara de citar. Perante a intransigência do Senhor Vice-presidente não tinha sido possível retirar a Proposta, sendo que o que a Coligação pretendera na altura era que o assunto fosse mais amplamente analisado para bem dos munícipes consumidores.----------

--- Interveio o Senhor Manuel Couceiro, Deputado Municipal dizendo ter ficado chocado com as afirmações do Senhor Vice-presidente quanto à sua intervenção no processo de inquérito. Em sua opinião isto revelava a sua intenção de influenciar os resultados, disse ainda que sendo o Sr. Silvino Lúcio o responsável pelo Pelouro da Organização dos Serviços Municipais o Sr. Presidente tinha errado ao nomeá-lo para integrar a Comissão pondo-o a fiscalizar os serviços pelos quais ele próprio respondia e que deveria, após saber o que ele afirmara publicamente, destitui-lo da mesma, por subverter todos os princípios de uma Comissão de Inquérito. Disse ainda que a CPFNT iria participar o assunto à I.G.F. e iria solicitar a nomeação de uma Comissão de Inquérito da Assembleia Municipal. ----------

--- **ENCERRAMENTO** ----------

--- Eram dezassete horas e cinquenta e seis minutos quando o Sr. Presidente deu por encerrada a reunião.----------

--- Para constar se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelo Sr. Presidente e pelo Diretora do Departamento Administrativo e Financeiro, Maria Irene Lameiro, sob cuja responsabilidade foi elaborada.----------